



FIESP

São Paulo, 26 de novembro de 2012

Pres. F001406

Junte-se ao processado do

PLS nº 764 de 2011.

Em 11/12/2012

Aos

Exmos. Srs.

Senadores Membros da Comissão de Assuntos Econômicos
Senado Federal

Prezados Senadores,

A FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo tem acompanhado, com preocupação, as propostas de redução do compromisso exportador contidas no Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 764/2011, o qual dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação ("ZPEs"), alterando a lei nº 11.508/2007 ("Lei").

As ZPEs correspondem a um distrito industrial incentivado, destinado à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados precipuamente no exterior. Em outubro de 2012, foi apresentado um substitutivo ao PLS nº 764/2011 na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o qual será discutido em turno suplementar. Ademais, foram oferecidas 13 emendas ao mencionado substitutivo.

Três dispositivos se destacam no artigo 1º do PLS nº 764/2011. O primeiro remete à diminuição do percentual mínimo de exportação de 80% para 60%, facultando-se em casos determinados a redução para até 50% (caput do artigo 18 da Lei). O segundo dispositivo concerne à possibilidade de alteração temporária do percentual mencionado em situações excepcionais (§9º do artigo 18 da Lei). Já o terceiro prevê menor compromisso exportador para as ZPEs localizadas nas regiões Norte e Nordeste: 20 % no primeiro ano; 40% no segundo ano; e 50% para serviços ou 60% para produção industrial a partir do terceiro ano. (§8º do artigo 18 da Lei).

Cumprе ressaltar que as ZPEs podem corresponder a um importante mecanismo de desenvolvimento econômico, na medida em que estimulam as exportações, como ilustram exemplos de outros países. Todavia, a redução do compromisso exportador descaracteriza a finalidade das ZPEs, qual seja, o aumento das exportações brasileiras. Ademais, a diminuição do percentual mínimo de exportação aumentará o volume de produtos que competirão no mercado doméstico em condições favorecidas, prejudicando a indústria brasileira. O cenário torna-se mais grave para a indústria doméstica nos casos em que o percentual mínimo de exportação pode ser ainda menor, como nas ZPEs instaladas no Norte e no Nordeste e em outros casos previstos na nova redação proposta para o §9º do artigo 18 da Lei. Nesse contexto, destaca-se a emenda nº 1 ao substitutivo do PLS nº 764/2011, a qual propõe a supressão à nova redação dada ao artigo 18 da Lei.

Desse modo, manifestamos nosso apoio à emenda nº 1, de autoria do Senador Armando Monteiro, com o intuito de suprimir do artigo 1º do PLS nº 764/2011 a redação proposta ao artigo 18 da Lei nº 11.508/2007.

Certo de poder contar com o acolhimento desta solicitação e com honroso apoio de V. Exas., aproveito o ensejo para apresentar os protestos de elevada consideração.

Cordialmente,

Paulo Skaf
Presidente

FIESP
Federação
das Indústrias
do Estado
de São Paulo

SESI
Serviço Social
da Indústria

SENAI
Serviço Nacional
de Aprendizagem
Industrial

IRS
Instituto
Roberto Simonsen

Avenida Paulista, 1313
01311-923 São Paulo SP
Tel.: (11) 3549 4499
Fax: (11) 3284 3611
www.fiesp.com.br